

**Ecosistemas Locais de Apoio ao Empreendedorismo de Refugiados no Rio de Janeiro:
Uma Análise Científico-Crítica.**

Ricardo Nascimento Ferreira
ricardo.n.ferreira@terra.com.br

Unigranrio

Paola Bastos Lohmann
paola.lohmann@unigranrio.com.br

Unigranrio

Roberto Pessoa de Queiroz Falcão
roberto.falcao@unigranrio.edu.br

Unigranrio

Resumo

Este artigo apresenta uma análise científico-crítica dos ecossistemas locais de apoio ao empreendedorismo de refugiados no município do Rio de Janeiro, enfatizando o papel articulador das políticas públicas, universidades e organizações da sociedade civil na promoção da inclusão produtiva. A partir de um mapeamento empírico de iniciativas direcionadas à população refugiada, o estudo discute limites e potencialidades das estratégias vigentes, revelando fragmentação institucional, ausência de políticas estruturadas e subutilização das capacidades acadêmicas. Fundamentado no referencial da pesquisa crítica em Administração, o trabalho propõe o fortalecimento de arranjos intersetoriais e ações integradas que considerem as especificidades culturais, sociais e econômicas dos sujeitos refugiados, reconhecendo seu potencial empreendedor como expressão de resistência e construção de pertencimento. A reflexão contribui para o debate sobre inovação social, justiça migratória e desenvolvimento inclusivo em contextos urbanos marcados por desigualdades estruturais.

Palavras-chave: empreendedorismo de refugiados; ecossistemas locais; políticas públicas; inclusão produtiva; pesquisa crítica em administração.

1. Introdução

Os fluxos migratórios internacionais têm se intensificado nas últimas décadas e, no Brasil, em especial no município do Rio de Janeiro, a presença de refugiados e solicitantes de refúgio tornou-se um fenômeno social cada vez mais visível. Essa realidade evidencia desafios relevantes e, ao mesmo tempo, abre oportunidades para a formulação de políticas e práticas de inclusão produtiva em contextos urbanos marcados por desigualdades históricas. Nesse cenário de precarização das relações de trabalho e insuficiência de políticas públicas de integração econômica, o empreendedorismo emerge como alternativa significativa para assegurar sobrevivência, dignidade e autonomia a populações vulnerabilizadas.

Compreender como os ecossistemas locais formados por universidades, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e redes comunitárias atuam no apoio ao empreendedorismo de refugiados é fundamental para analisar sua inserção produtiva e capacidade de agência diante de barreiras como xenofobia, falta de crédito, não reconhecimento de diplomas e fragilidade institucional. O estudo articula a análise empírica das iniciativas existentes a uma reflexão crítica fundamentada em Administração, buscando mapear contribuições e lacunas desses arranjos intersetoriais.

O referencial teórico que sustenta a pesquisa situa-se na interseção entre o empreendedorismo por necessidade (SEBRAE, 2023), a inovação social e as políticas públicas de acolhimento econômico, reconhecendo o papel central de ações de longo prazo para a inclusão produtiva. Embora já existam estudos sobre a atuação de atores isolados, observa-se uma lacuna na análise sistemática da articulação entre eles no fortalecimento de redes empreendedoras voltadas a refugiados. Dessa forma, o trabalho objetiva identificar práticas, contradições e limites no município do Rio de Janeiro, além de destacar estratégias de resistência protagonizadas pelos próprios refugiados, que frequentemente acionam redes informais para garantir sua subsistência.

Entre as contribuições, este estudo busca construir uma narrativa crítica sobre o papel dos ecossistemas locais na inclusão socioeconômica de refugiados, revelando contradições entre discurso institucional e práticas efetivas. Com base em um mapeamento empírico de iniciativas

desenvolvidas entre 2022 e 2024, evidencia-se que, apesar de esforços relevantes de acolhimento, as ações permanecem fragmentadas, desarticuladas e, muitas vezes, marcadas por ritualismos e hermetismos institucionais. Assim, ao combinar evidências empíricas e reflexão teórica, pretende-se fomentar o debate acadêmico e político sobre inovação social, justiça migratória e inclusão produtiva, reforçando a necessidade de transformar refugiados de beneficiários passivos em protagonistas de sua própria integração socioeconômica.

2. Fundamentação teórica

A compreensão do empreendedorismo de refugiados no Brasil, e particularmente no município do Rio de Janeiro, requer um olhar atento para os ecossistemas locais que se articulam em torno da inclusão produtiva, bem como para as contradições e limites das práticas que têm sido desenvolvidas nesse campo. Para tanto, a fundamentação teórica organiza-se em três eixos: (i) a reflexão sobre o papel dos ecossistemas locais como arranjos intersetoriais, (ii) a análise crítica dos ritualismos institucionais que permeiam a promoção do empreendedorismo de refugiados e (iii) a discussão sobre os efeitos do hermetismo, entendido como fechamento institucional que restringe a efetiva inclusão socioeconômica.

2.1 Refletindo sobre o papel dos ecossistemas locais na promoção do empreendedorismo de refugiados

Os ecossistemas locais de apoio ao empreendedorismo de refugiados podem ser compreendidos como arranjos intersetoriais que incluem políticas públicas, universidades, organizações da sociedade civil e redes comunitárias. Esses atores, ao se articularem em torno do acolhimento e da inclusão produtiva, criam oportunidades concretas para que refugiados e migrantes possam gerar renda e reconstruir suas trajetórias de vida.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2023), o Brasil abriga mais de 65 mil pessoas reconhecidas como refugiadas e mais de 400 mil solicitantes de refúgio. No estado do Rio de Janeiro, esse número representa cerca de 12% do total nacional, concentrando-se majoritariamente em áreas urbanas periféricas, como os bairros da Zona Norte e Zona Oeste da capital e municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A inserção econômica desse público encontra desafios como barreiras linguísticas, xenofobia, falta de reconhecimento de

diplomas e acesso precário ao crédito. A literatura sobre ecossistemas empreendedores inclusivos (Isenberg, 2011; Radosevic & Yoruk, 2020) destaca que a criação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo requer a presença de cinco elementos: acesso a financiamento, política pública de fomento, capacitação técnica, cultura empreendedora e redes de suporte. No caso dos refugiados, esses elementos precisam ser adaptados ao contexto da vulnerabilidade migratória, incorporando princípios de acolhimento, empoderamento e justiça social (Kloosterman, 2019; Cravo & Silva, 2022).

O mapeamento realizado no município do Rio de Janeiro entre 2022 e 2024 identificou mais de 15 iniciativas de apoio ao empreendedorismo de refugiados, envolvendo desde programas universitários de extensão, como o projeto *Refugiados Empreendem* da UFRJ, até ONGs como a Cáritas RJ, a Missão Paz e a *I Know My Rights* (IKMR). Essas organizações atuam com foco em capacitação técnica, alfabetização em português, apoio jurídico e feiras de exposição de produtos migrantes. Destaca-se o papel estratégico das universidades públicas, que têm assumido funções além da formação formal, atuando como incubadoras sociais. Segundo o estudo de Santos e Benevides (2023), projetos de extensão universitária voltados a migrantes têm contribuído para a formalização de pequenos negócios, elaboração de planos de marketing, alfabetização financeira e registro como MEI. Essas ações aproximam a universidade da realidade social e reforçam seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável (ODS 4, 8 e 10).

As redes comunitárias e solidárias, formadas por igrejas, grupos étnicos e vizinhança, funcionam como capital social essencial. Estudos como o de Silva e Azevedo (2021) mostram que 63% dos empreendedores refugiados iniciam seus negócios com apoio direto dessas redes informais, seja por meio de empréstimos, compartilhamento de espaços ou divulgação inicial. Esse apoio compensa, em parte, a ausência de políticas públicas estruturadas. Por outro lado, persistem desafios estruturais como a falta de articulação entre as políticas de migração e os programas de desenvolvimento econômico local. A pesquisa de Godoy et al. (2022) alerta que menos de 10% dos municípios brasileiros com população migrante significativa possuem políticas específicas de apoio à inclusão produtiva. No caso do Rio de Janeiro, embora existam ações pontuais promovidas por secretarias municipais, elas carecem de institucionalidade e continuidade.

Portanto, a construção de ecossistemas de apoio ao empreendedorismo de refugiados exige políticas públicas integradas, financiamento direcionado e a valorização da diversidade cultural como ativo econômico. Como destaca Carla Akotirene (2020), é necessário adotar uma abordagem interseccional que compreenda as múltiplas vulnerabilidades de gênero, raça, classe e nacionalidade presentes nos sujeitos migrantes. Só assim será possível construir um modelo de desenvolvimento verdadeiramente inclusivo, no qual o empreendedorismo não seja apenas estratégia de sobrevivência, mas de empoderamento e protagonismo social.

2.2. Os Ritualismos do Empreendedorismo de Refugiados

A promoção do empreendedorismo de refugiados, apesar de seu potencial emancipatório, muitas vezes se vê envolta em ritualismos institucionais que naturalizam a precariedade e mascaram desigualdades estruturais sob o discurso da “superação individual”. A noção de ritualismo aqui se inspira na sociologia de Robert K. Merton (1938), para quem o ritualismo consiste na adesão aos meios institucionalizados sem engajamento real com os fins transformadores. Aplicando essa ideia ao campo do empreendedorismo migrante, identificamos ações que valorizam o ato de “empreender” como símbolo de integração, sem enfrentar as causas profundas da exclusão socioeconômica dos refugiados.

Essa crítica se alinha à leitura de autores como Dacin, Dacin e Matear (2010), que argumentam que parte do empreendedorismo social opera com uma “lógica performativa”, isto é, cumpre expectativas institucionais sem promover mudanças estruturais. No caso de refugiados, isso se traduz em feiras pontuais de exposição de produtos, cursos genéricos de empreendedorismo e inclusão em editais competitivos sem suporte linguístico, financeiro ou psicológico adequado. Segundo Bruno & Delamônica (2022), muitas ações “reproduzem uma política de vitrines” que celebra histórias de sucesso individuais, silenciando os fracassos estruturais que atravessam a experiência migratória.

Existe uma romantização da “resiliência empreendedora” dos refugiados, frequentemente retratados como agentes heroicos capazes de driblar todas as adversidades. Como pontuam Kloosterman (2019) e Cravo & Silva (2023), tal narrativa individualizante obscurece o papel do Estado e das desigualdades de classe, raça e gênero que afetam esses sujeitos. No contexto

brasileiro, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro, onde o acesso ao crédito, à moradia digna e à segurança jurídica é limitado, o empreendedorismo torna-se frequentemente um mecanismo de sobrevivência e não de autonomia plena. Na prática, os programas que incentivam o empreendedorismo de refugiados muitas vezes não questionam a ausência de políticas migratórias estruturadas nem a precarização da cidadania econômica. O trabalho de Peixoto & Moraes (2021) demonstra que mesmo após concluírem programas de capacitação, cerca de 72% dos refugiados entrevistados mantêm atividades informais, sem CNPJ, e em condições de insegurança econômica. Ou seja, o "ritual do curso" não se traduz em transformação real.

A crítica aos ritualismos também implica uma avaliação ética sobre quem se beneficia com essas ações. Iniciativas voltadas ao empreendedorismo de migrantes podem servir mais à visibilidade institucional das organizações promotoras universidades, governos ou ONGs do que ao empoderamento dos sujeitos migrantes. Como alerta Akotirene (2020), é necessário desconstruir práticas simbólicas que exibem o migrante como prova da eficácia institucional, ao passo que o próprio migrante permanece em condições de vulnerabilidade. Para avançar além do ritualismo, torna-se imprescindível o fortalecimento de práticas baseadas na escuta ativa, cocriação de soluções com os migrantes e planejamento de longo prazo. Em vez de ações pontuais, é preciso política articuladas com transversalidade intersetorial e interseccional, que levem em conta a realidade plural dos refugiados incluindo mulheres, mães solas, pessoas LGBTQIAPN+, idosos e migrantes radicalizados.

2.3. Efeitos do Hermetismo do Empreendedorismo de Refugiados

O empreendedorismo de refugiados, muitas vezes apresentado como uma solução universal para os desafios da integração, é impactado por um processo de hermetismo institucional. Este hermetismo se manifesta na forma de programas de apoio desconectados da realidade dos sujeitos, com linguagens técnicas e requisitos formais inacessíveis, gerando um campo de ação limitado e excludente.

A noção de hermetismo aqui está associada à ideia de fechamento e impermeabilidade dos sistemas de apoio, que embora se proponham inclusivos, operam com barreiras simbólicas,

burocráticas e culturais. Em vez de serem espaços de acolhimento, muitas dessas iniciativas se configuram como zonas de exclusão suave, onde apenas alguns perfis de refugiados com maior escolaridade, domínio da língua portuguesa e capital social conseguem navegar com êxito. Os demais permanecem à margem das políticas de inclusão produtiva, mesmo que formalmente sejam o público-alvo.

Essa crítica é corroborada por Silva e Barbosa (2023), que analisaram programas de apoio ao empreendedorismo migrante em três capitais brasileiras e concluíram que “as ações se concentram em etapas formais como registro de MEI e capacitações genéricas, sem articulação com o cotidiano das vulnerabilidades reais dos migrantes” (p. 211). No Rio de Janeiro, esse hermetismo também se expressa em documentos de difícil acesso, exigência de CNPJ em fase inicial e ausência de tradução linguística nos editais.

Os efeitos desse hermetismo são múltiplos: (i) desistência precoce de refugiados que não conseguem acompanhar o ritmo das formações ou não entendem os trâmites legais; (ii) reprodução de desigualdades raciais e de gênero, visto que refugiadas mulheres, negras e mães solo enfrentam barreiras adicionais que os programas raramente reconhecem; (iii) aparente inclusão, quando na realidade há uma exclusão técnica disfarçada de oportunidade — um fenômeno que Fraser (2020) denomina de “reconhecimento não redistributivo”, ou seja, políticas que conferem visibilidade simbólica, mas não alteram as condições materiais. O hermetismo institucional impede o diálogo genuíno com os saberes e práticas dos próprios refugiados, que frequentemente já empreendem informalmente em seus territórios. Como afirmam Freitas e Gomes (2021), os sistemas de apoio ignoram a economia popular migrante em nome de uma formalização forçada e idealizada, desconsiderando as redes solidárias e os conhecimentos que sustentam esses negócios.

Superar o hermetismo exige descentralizar o saber técnico e legitimar os saberes populares. Significa também promover ambientes acessíveis em múltiplas línguas, com suporte jurídico contínuo, espaços de cuidado com filhos e escuta ativa das necessidades do território. Mais do que políticas públicas verticais, é necessário criar ecossistemas locais horizontalizados, com governança participativa entre universidades, sociedade civil, coletivos migrantes e poder público.

3. Método de pesquisa

3.1 Natureza da pesquisa

Este trabalho em elaboração adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, sustentada por uma perspectiva crítico-reflexiva. A opção pela pesquisa qualitativa decorre da necessidade de compreender significados, práticas e percepções relacionadas ao empreendedorismo de refugiados, captando nuances que não seriam apreendidas por métodos puramente quantitativos. O caráter exploratório justifica-se pelo fato de que o fenômeno ainda carece de estudos sistematizados no Brasil, sobretudo no contexto urbano do município do Rio de Janeiro. Já o viés descritivo permite mapear as iniciativas existentes e caracterizar os elementos que estruturam (ou fragilizam) os ecossistemas locais.

3.2 Instrumentos e fontes de coleta de informações

A coleta de informações é estruturada de forma a promover triangulação metodológica, combinando diferentes instrumentos e fontes:

- **Levantamento documental:** análise de leis, decretos, políticas públicas municipais e estaduais, relatórios de órgãos internacionais como ACNUR e ONU Brasil, e documentos produzidos por organizações da sociedade civil, como Cáritas RJ, Missão Paz e *I Know My Rights* (IKMR). Essa etapa busca compreender como as políticas formais e os registros institucionais moldam os programas de apoio.
- **Entrevistas semiestruturadas:** em fase de execução, serão conduzidas com quatro grupos principais: (i) refugiados empreendedores atuantes em diferentes setores da economia popular; (ii) gestores públicos envolvidos com políticas de migração e desenvolvimento econômico; (iii) docentes e extensionistas de universidades públicas e privadas; e (iv) representantes de organizações da sociedade civil que atuam diretamente com migrantes. O uso da entrevista semiestruturada permite flexibilidade na coleta de dados, garantindo que aspectos emergentes possam ser explorados durante a interação.
- **Observação participante:** acompanhamento direto de feiras de produtos migrantes, oficinas de capacitação empreendedora e eventos acadêmicos-comunitários realizados no período de 2022 a 2024. A observação permite registrar práticas, discursos e interações entre os diferentes atores dos ecossistemas, produzindo dados ricos e contextuais.

- **Fontes secundárias:** revisão de literatura acadêmica e técnica sobre empreendedorismo, migração e políticas públicas. Incluem-se bases de dados nacionais e internacionais como SEBRAE, Global Entrepreneurship Monitor (GEM), IBGE e ACNUR, que fornecem estatísticas essenciais para a contextualização macro do fenômeno.

3.3 Meios de análise das informações

A análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), organizada em três etapas:

1. Pré-análise: leitura flutuante e organização inicial do material coletado (documentos, entrevistas e registros de observação).
2. Exploração do material: codificação e categorização dos dados, com base em três dimensões previamente definidas:
 - O papel dos ecossistemas locais (universidades, políticas públicas, sociedade civil e redes comunitárias);
 - Os ritualismos institucionais que permeiam a promoção do empreendedorismo de refugiados;
 - Os efeitos do hermetismo institucional na inclusão produtiva.
3. Tratamento e interpretação: análise crítica das categorias emergentes, articulando-as com o referencial teórico (interseccionalidade de Crenshaw, 1991; capacidades e liberdade de Sen, 2000; inovação social em ecossistemas de Isenberg, 2011; Radosevic & Yoruk, 2020).

A triangulação entre dados documentais, entrevistas e observação participante permitirá construir um quadro analítico robusto, reduzindo vieses e ampliando a confiabilidade das interpretações.

3.4 Descrição do processo de pesquisa

O processo de pesquisa está estruturado em quatro fases complementares:

1. Revisão bibliográfica e documental (2022–2023): sistematização de estudos acadêmicos, relatórios técnicos e políticas públicas sobre migração, empreendedorismo e ecossistemas locais. Essa etapa fundamenta teoricamente o estudo e orienta a construção das categorias analíticas.
2. Mapeamento empírico das iniciativas (2022–2024): identificação e registro de mais de 15 iniciativas voltadas ao empreendedorismo de refugiados no município do Rio de Janeiro. O mapeamento inclui ações de universidades, organizações da sociedade civil e órgãos públicos, permitindo visualizar a rede de apoio existente.
3. Coleta de dados de campo (em andamento): aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação participante em eventos e oficinas. Esta etapa busca compreender como as políticas e iniciativas se materializam no cotidiano dos refugiados e quais lacunas permanecem.
4. Análise crítica e interpretativa (2024–2025): sistematização dos dados coletados, categorização temática e interpretação crítica. O foco é identificar contradições, potencialidades e limites dos ecossistemas locais, com vistas a propor recomendações para o fortalecimento da inclusão produtiva dos refugiados.

3.5 Considerações sobre a etapa atual

Por se tratar de um trabalho em elaboração, parte das entrevistas e observações ainda está em curso. Os resultados apresentados até o momento refletem análises preliminares e serão aprofundados conforme a coleta de dados se expanda. A perspectiva crítico-reflexiva adotada orienta a pesquisa não apenas como exercício acadêmico, mas como contribuição para a formulação de políticas públicas e práticas institucionais mais inclusivas.

3.6. Critérios de Rigor e Ética na Pesquisa com Dados Secundários

Embora este trabalho em curso utilize majoritariamente dados secundários provenientes de fontes públicas, como relatórios institucionais, bases estatísticas (ACNUR, SEBRAE, IBGE, GEM) e literatura científica recente, o estudo também contempla entrevistas semiestruturadas em andamento com refugiados empreendedores e representantes de iniciativas locais. A

combinação entre fontes documentais e relatos empíricos busca garantir maior consistência e aprofundamento analítico.

Os procedimentos adotados seguem os princípios éticos da integridade científica, da transparência e do compromisso social na produção de conhecimento. A seleção das fontes secundárias observou critérios de atualidade (2020 a 2025), confiabilidade institucional e relevância temática, assegurando que os dados dialoguem diretamente com os objetivos da pesquisa. No caso das entrevistas, são aplicados termos de consentimento livre e esclarecido, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações compartilhadas.

A análise é conduzida de forma a evidenciar desigualdades sociais, econômicas e institucionais sem reforçar estigmas ou culpabilizações dos sujeitos migrantes e refugiados. Essa postura segue recomendações metodológicas como as de Oliveira e Reis (2022), que alertam para a necessidade de cuidado ético em pesquisas com populações em situação de vulnerabilidade. Assim, busca-se não apenas preservar a dignidade dos participantes, mas também contribuir para uma reflexão crítica capaz de subsidiar políticas públicas e práticas institucionais mais inclusivas.

Referências

- ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. (2024, abril). *Factsheet Brasil – operações e prioridades no país*. <https://www.acnur.org/br/publicacoes/factsheet-brasil>
- ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. (2025). *Plataforma HELP – Relatório primeiro semestre de 2025*. <https://www.acnur.org/br/media/plataforma-help-relatorio-primeiro-semester-de-2025>
- ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. (2025). *Tendências globais 2024: refugiados e deslocamento forçado*. <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-a-imprensa/mj-sp-acnur-e-obmigra-lancam-relatorios-de-dados-sobre-refugiados>
- Agier, M. (2011). *Managing the undesirables: Refugee camps and humanitarian government*. Polity Press.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Bruno, L., & Delamônica, C. (2022). Políticas de vitrines e a invisibilidade estrutural de migrantes empreendedores. *Revista de Estudos Sociais*, 28(2), 45–62.
- Castles, S. (2003). Towards a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology*, 37(1), 13–34.

- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Cravo, T., & Silva, M. (2022). Empreendedorismo migrante e justiça social: Desafios e potencialidades. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 30(1), 55–73.
- Dacin, M. T., Dacin, P. A., & Matear, M. (2010). Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here. *Academy of Management Perspectives*, 24(3), 37–57.
- França Filho, G. C., & Laville, J.-L. (2004). *Economia solidária: Uma abordagem internacional*. Cortez.
- França Filho, G. C., Silva Júnior, J. T., & Santos, M. A. (2020). *Economia solidária em movimento: Práticas, teorias e políticas públicas*. EDUFBA.
- Fraser, N. (2020). Reconhecimento sem redistribuição? Repensando justiça em um mundo globalizado. *Caderno CRH*, 33(88), 9–30.
- Freitas, R., & Gomes, P. (2021). Economia popular migrante e práticas solidárias: Limites da formalização. *Revista de Políticas Públicas*, 25(2), 199–218.
- Gaskell, G., & Bauer, M. W. (2003). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Godoy, L., Pereira, J., & Martins, R. (2022). Políticas públicas locais e inclusão de migrantes no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 56(3), 456–478.
- Isenberg, D. (2011). The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economic policy: Principles for cultivating entrepreneurship. *Institute of International European Affairs*, 1–13.
- Kloosterman, R. (2019). Building entrepreneurial ecosystems for migrants. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 15(1), 1–21.
- Lång, S., Ivanova-Gongne, M., Lagerström, J., & Brännback, M. (2024). Refugee entrepreneurship: A systematic literature review and future research agenda. *European Management Journal*, 42(3), 587–604. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2024.03.012>
- Martins, A. C. B. (2011). *Imigração e empreendedorismo: Morro-martins e outros estudos*. Editora Senac.
- Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3(5), 672–682.
- Oliveira, P., & Reis, C. (2022). Pesquisa com populações vulnerabilizadas: Desafios éticos e metodológicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37(108), 55–72.
- Peixoto, J., & Moraes, L. (2021). Empreendedorismo de refugiados no Brasil: Trajetórias e desafios. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 29(60), 101–124.
- Radosevic, S., & Yoruk, E. (2020). Entrepreneurial ecosystems and social inclusion. *Journal of Technology Transfer*, 45(2), 326–347.
- Rosa, M. L. (2021). Refugiados e a busca por dignidade: Um estudo sobre empreendedorismo e resistências. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23(1), 108–123. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202121pt>
- Santos, L., & Benevides, M. (2023). Extensão universitária e empreendedorismo migrante: Uma análise crítica. *Revista de Educação e Desenvolvimento Social*, 5(2), 78–95.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Servet, J.-M. (2019). *Finance solidaire et communs monétaires*. Editions Repas.

- Silva, M. A., & Azevedo, L. (2021). Redes solidárias e o empreendedorismo migrante. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 20(2), 134–152.
- Silva, M. A., & Barbosa, M. L. (2023). Acolhimento, trabalho e empreendedorismo: Uma análise das estratégias de inclusão de refugiados em contextos urbanos. *Revista Desenvolvimento e Cidadania*, 25(1), 55–72. <https://doi.org/10.5380/rdc.v25i1.91234>
- Théret, B. (2023). *Monnaie et souveraineté: Réflexions contemporaines*. La Découverte.
- World Bank. (2023). *Advancing refugee entrepreneurship: A checklist for business and government*. World Bank Group. <https://www.worldbank.org/en/programs/private-sector-for-refugees/publication/advancing-refugee-entrepreneurship>
- Yin, R. K. (2020). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (6^a ed.). Bookman.